

**MULHERES MIGRANTES NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA:
casamentos, cuidados e poderes de práticas familiares**

Russel Parry Scott¹
Iana dos Santos Vasconcelos²

Resumo

A migração entre países fronteiriços se caracteriza por deslocamentos de tempos variados de pessoas que transitam entre fronteiras de um país e outro, casam com estrangeiros(as) e constroem famílias transnacionais. Mantêm vínculos com o lugar de origem e reorganizam vínculos afetivos e familiares nos lugares de trânsito/residência, onde oportunidades de trabalho figuram nas estratégias de vida. A família, neste cenário, torna-se um projeto constantemente construído e reavaliado, atualizando práticas diferentes de proximidade e distância entre “pessoas consideradas ‘da família’”. Descrevemos a fronteira entre Brasil e Venezuela, na região de Pacaraima e Santa Elena de Uairén, observando a ocorrência de casamentos interculturais/transnacionais nos quais predomina mulheres brasileiras casando com homens venezuelanos; as buscas transnacionais de trabalho, educação e saúde nessa condição; a inserção em programas de transferência de renda; e a maneira pela qual mulheres migrantes reorganizam as suas vidas. Examinando casos específicos, identificamos uma variedade de configurações de relações de gênero que mostram o exercício de práticas associadas à aproximação e distanciamento das que designam e pensam como família, formando palcos de conflito e negociação de poder sobre essas representações e vivências que resultam restritivas às mulheres ao tentarem estabelecer uma imagem positiva da sua experiência e de si mesmas.

Palavras chaves:

Mulheres. Casamentos. Cuidados. Migração. Fronteira. Poder.

¹ Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

WOMEN MIGRANTS ON THE BRASIL/VENEZUELA BORDER: marriages, care and the powers of family practice

Migration in border countries is characterized by different times of movement of people who cross the border to another country, marry foreigners, and construct transnational families. They keep ties to their places of origin and reorganize their family and affective ties in their new places of transit/residence where work opportunities make up part of life strategies. In this scene, the family becomes a project that is constantly constructed and reevaluated, renewing varied practices of proximity and distance between people that are “considered to be of the family”. It describes the Brazilian/Venezuelan border in the Pacaraima and Santa Elena de Uiarén observing the occurrence of intercultural and transnational marriages in which Brazilian women marry more frequently with Venezuelan men; transnational search for work, education health and income transfers; and the ways in which migrant women reorganize their lives. Case studies identify a variety of gender relation configurations which demonstrate how practices of distancing or bringing closer persons considered to be family creates stages of conflict and negotiation of power concerning representations and life experiences that turn out to be restrictive to women who are trying to establish a positive image of themselves and of their experience.

Keywords:

Women. Marriage. Care. Migration. Border. Power.

Introdução

Mulheres migrantes em famílias transnacionais vivem uma complexa articulação de relações sociais que as põem em contato constante com imagens e práticas que categorizam os integrantes da família de acordo com a sua adesão formal, ou mesmo informal, a identidades nacionais diferentes. Isto ocorre nas esferas formais de legislação nacional de controle de direitos de cidadania e nas esferas da vida cotidiana que atribuem características

desejáveis ou indesejáveis aos integrantes das famílias. Agem numa diversidade de “palcos” de representação de si mesmos (GOFFMAN, 1959) de acordo com negociações nas quais as suas práticas relacionadas com o pertencimento a diversos grupos possam permitir que não sofram perseguições significativas, nem por estar burlando leis de imigração por não terem documentos, nem por ferir os códigos morais de bons costumes que circulam em relação a pessoas de diferentes nacionalidades. Uma arma que frequentemente é acionada é de insistir em práticas reforçadoras da sua associação com dedicação aos familiares e, sobretudo para as mulheres, dedicação aos filhos(as), mesmo na busca de reconhecimento ambíguo da sua autonomia. Esta complexa articulação informa muitas das ações de migrantes transnacionais dedicadas à “família” e aos filhos, as quais podem permitir acesso a direitos ampliados, e também podem construir armadilhas que resultam numa intensificação das restrições aos seus movimentos em outras esferas. São estas articulações complexas que serão focadas aqui.

Mesmo com este objetivo muito amplo, entendido como um pressuposto, o trabalho tem intenções mais modestas e etnográficas, frisando usos de imagens de maternidade, paternidade e práticas cotidianas de famílias formadas por brasileiros(as) que vivem e transitam no espaço fronteiro Brasil/Venezuela entre as cidades de Santa Elena de Uairén, no município de Gran Sabana, estado Bolívar, na Venezuela e o município de Pacaraima, no estado de Roraima, Brasil.

As noções de práticas familiares observadas neste trabalho reportam principalmente ao cuidado com os filhos(as) por pais e mães que usam diferentes estratégias de estreitamento de laços afetivos e concepções de pertencimento, mediadas pela mobilidade e a dinâmica social transfronteiriça. Ressalta a agência feminina dentro do contexto de cuidado e negociação com maridos, práticas altamente valorizadas pelo que simbolizam de família, e também altamente restritivas de gênero e mobilidade.

O artigo está dividido em quatro seções: primeiro caracteriza a fronteira Brasil/Venezuela e as relações históricas e de mobilidade das pessoas no contexto regional bem como algumas inserções em espaços de cuidados e serviços das diferentes nações; segundo, introduz o leitor aos diferentes contextos de coleta de dados ao longo dos últimos dez anos;

terceiro, apresenta práticas das famílias e as diferentes formas de exercício de cuidados maternos e conjugais neste cenário de acordo com a lógica das famílias; e, quarto, retrata com casos específicos como mulheres em condições diferentes organizam as suas decisões sobre conjugalidade, trabalho e os cuidados com filhos no contexto de migração na fronteira e da busca de relativa autonomia.

A fronteira Brasil/Venezuela

Santa Elena de Uairén, uma cidade de quase trinta mil habitantes do estado Bolívar na Venezuela, se localiza a 15 km de Pacaraima, cidade de onze mil habitantes do estado de Roraima no Brasil. Desde 1981 o estado de Bolívar passou de 668 mil habitantes para quase um milhão e meio (1.413.115). Proporcionalmente, Gran Sabana (onde se localiza Santa Elena) abriga apenas 2% da população do estado em 2011, mas triplicou a sua população de 2001 (quando era 0,8% da população do estado) para 2011, boa parte disso em função de migrações transnacionais em busca de ouro e, ainda mais, de atividades comerciais na zona de livre comércio estabelecida em 2007. Com 50,2% de homens no município, 36,7% das casas reportam ter chefia feminina (INE 2014), demonstrando que a chefia feminina se estabelece independentemente do número de homens, pois depende de uma avaliação das condições de vida com ou sem maridos presentes. Na Venezuela, o polo de indústrias de base a centenas de quilômetros distante da fronteira influi menos na vida cotidiana em Santa Elena que a combinação de comércio local e transnacional junto com os garimpos próximos.

Pacaraima, no Brasil, uma área urbana menor, tem proporcionalmente ainda mais homens (51,8%), enquanto na mais distante, e bem maior, Boa Vista (quase 300,000) a predominância se inverte, tendo 50,5 % de mulheres. Sem indústrias expressivas, Pacaraima, em Roraima, é conhecida localmente como vivendo da “economia do contracheque”. Mesmo assim, recursos públicos federais e estaduais sustentam uma infraestrutura social de maior envergadura em Pacaraima, fazendo com que venezuelanos e brasileiros que vivem em Santa Elena se deslocam até

Pacaraima em busca de serviços públicos de saúde e educação³.

Seja no recém-implantado polo da Universidade Estadual de Roraima (UERR) seja nas escolas de ensino médio e fundamental, sempre parte dos alunos(as) é de nacionalidade venezuelana. São aproximadamente 120 alunos venezuelanos, conforme o censo escolar 2012 da Secretaria Estadual de Educação. Neste censo os venezuelanos se dividem entre “os documentados” que possuem carteira de identidade brasileira, e os “sem documento”, que não a possuem. O governo do estado de Roraima ainda fornece transporte escolar durante a semana até o município de Santa Elena.

Os(as) alunos(as) têm pai e mãe em geral. Mas, no registro brasileiro só consta o nome da mãe, porque na maioria dos casos, o pai é venezuelano. Quando ambos são venezuelanos, consta no censo escolar como “sem documento”. Muitos dos pais dos alunos, e os próprios alunos, possuem documentação de ambos os países, propiciando acesso a mais direitos, tais como o de votar nos dois países e receber benefícios de programas sociais, especialmente referentes a programas de transferência de renda, como o “Bolsa Família”, no Brasil⁴ e o “Beca” (Programa de Subsídio Familiar Alimentar), na Venezuela⁵. As famílias transnacionais negociam as identidades nacionais, mais duplas que ambíguas, como estratégia de sobrevivência e acesso a direitos.

Os 700 km que separam Santa Elena da capital do seu estado, Ciudad Bolívar, dificulta deslocamentos dentro da Venezuela. Outros habitantes de localidades venezuelanas vizinhas a Santa Elena situadas em regiões de garimpo, tais como Las Claritas, “km 88” e El Pauji (Icabarú), também

³ Segundo entrevista realizada no dia 10/05/2012 com a Secretaria Estadual de Educação do estado de Roraima, Lenir Rodrigues Luitgards Moura.

⁴ O Programa Bolsa Família foi criado pelo governo brasileiro para apoiar as famílias mais pobres e garantir a elas o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. O programa visa a inclusão social dessa faixa da população brasileira, por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais. Em todo o Brasil, são milhões de famílias atendidas pelo Bolsa Família. Fonte: http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferecia/bolsa_familia/index.asp acessado em 08 de setembro de 2015

⁵ Concebida como uma contribuição direta para o fortalecimento da renda familiar, este programa beneficiou mais de 3 milhões de famílias venezuelanas, com recebimento bimestral de uma quantia de bolívares para atender às necessidades da família, especialmente nas áreas de alimentos e roupas. Fonte: <http://americo.usal.es/oir/opal/Documentos/Venezuela/PartidoConvergencia/ProgramaSocialCaldera.pdf> em 08 de setembro de 2015.

buscam atendimentos e serviços de saúde que exigem maior infraestrutura, tais como cirurgias traumatológicas e partos, em Pacaraima, ou mesmo em Boa Vista, a apenas 215 quilômetros. Além da proximidade ao acesso a hospitais melhor equipados, é comum que mulheres venezuelanas optem por realizar seus partos em Boa Vista para garantir a dupla nacionalidade para seus filhos.

No entanto, para alguns serviços, também é comum o inverso. Brasileiros(as) se deslocam para Santa Elena à procura de tratamentos privados odontológicos, oftalmológicos e estéticos de baixo custo, tendo em vista a desvalorização cambial da moeda venezuelana diante da brasileira.

A diferença cambial favorável à moeda brasileira aliada à situação fiscal de Santa Elena (uma zona de livre comércio com a política econômica de eliminação de tarifas, quotas e preferências sobre muitos bens importados e exportados) causa conflito entre brasileiros e venezuelanos, à medida que o elevado poder aquisitivo dos brasileiros frente aos venezuelanos atrai grandes fluxos da população de Boa Vista a Santa Elena para comprar, abastecendo seus veículos, adquirindo produtos eletrônicos, bebidas e bens supérfluos, livres de taxas, e consumindo produtos de primeira necessidade, como açúcar e leite, desabastecendo o mercado para os venezuelanos.

A economia de Santa Elena gira em torno do comércio de bens diversificados a baixo custo, da exploração dos centros de garimpagem, bem como no setor turístico que vem se incrementando. No entanto, não possui atividade agropecuária intensiva. Na maioria das vezes, os seus produtos agrícolas são provenientes de Pacaraima, por meio da exploração agropecuária praticada por comunidades indígenas próximas.

O cotidiano da fronteira Brasil/Venezuela é marcado pela presença de grupos étnicos e nacionais que desenham fluxos migratórios transfronteiriços menos e mais permanentes. Esses deslocamentos se caracterizam pela ida de brasileiros(as) para o país vizinho. Pelas facilidades de atravessar a fronteira contribuem para uma identificação do local como uma importante passagem de tráfico de mulheres, e a existência de garimpos que reúnem muitos homens sem famílias ainda cria uma imagem da mulher migrante como potencial profissional de sexo. Mas a grande maioria das mulheres que vai para a fronteira e que reside na região está à procura de trabalho e

melhoria de vida. É possível dizer que formar uma família “transnacional” ou “intercultural” faz parte da busca de melhoria de vida.

Dos matrimônios formalizados entre pessoas de nacionalidade brasileira e venezuelana no Cartório de Registro Civil em Santa Elena do Uairén no ano de 2012, 71% são de brasileiras com venezuelanos, 21% de brasileiros com venezuelanas e os outros são de cônjuges brasileiros naturalizados venezuelanos (VASCONCELOS 2013) de tal modo que a “esposa brasileira” em trânsito se torna objeto de especulações enquanto a sua “adequação” para os maridos venezuelanos. Uma das ações passíveis dela fazer para que se possa atribuir “correção e honestidade” à sua imagem é mostrar que é responsável pelo cuidado de filhos e filhas, estabelecer uma relação firme com os cônjuges (seja de proximidade ou de distância) e se empenhar em associar-se com um projeto de sucesso familiar.

A recessão econômica de Venezuela tem levado a uma desvalorização da moeda nacional. O atrativo para os(as) brasileiros(as) inclui o baixo custo de vida, o mercado de trabalho informal, (entre eles, a garimpagem) e outras diversas atividades de serviços, todos configurando atraentes alternativas de inserção na economia local.

Bem além de implicar nas negociações com os operadores da documentação de cidadania, os processos de deslocamentos transnacionais acabam trazendo à tona uma série de fenômenos étnicos, culturais e identitários que contribuem para transformações no mundo do trabalho e, em geral, na vida de homens e mulheres. O intercâmbio material e simbólico entre sujeitos sociais de culturas diferentes influencia nas mudanças de valores e na (re)formulação da maneira de ver e perceber os ‘nós/outros’, inclusive, reforçando ou redefinindo aspectos das relações sociais de gênero.

A expansão da mobilidade na fronteira contribui desta forma para o estabelecimento de redes sociais, por meio das relações de comércio, trabalho, serviços públicos, lazer, parentesco, vizinhança e de religiosidade, tecendo relações complexas. A família, neste cenário, torna-se um projeto que é constantemente construído e reavaliado pelos seus membros com vistas a atualizar estratégias de proximidade. As relações familiares no espaço transnacional são marcadas por um comprometimento mútuo, contatos sociais regulares e um fluxo relativamente constante de benefícios materiais

e não-materiais no interior do que é entendido como a esfera familiar de cada um. Neste sentido, a família transnacional é entendida não apenas pelo fato dos membros da família poderem ser de duas nacionalidades – resultado do que Rittiner (2014) descreve como migração afetivo-conjugal e formação de casais interculturais quando examina fluxos de mulheres de países em desenvolvimento para Suíça. Também às vezes podem ser da mesma nacionalidade e residir em países diferentes, estabelecendo contato e vínculos afetivos, por se constituírem por pessoas que transitam física e simbolicamente entre territórios e culturas diferentes (LOBO, 2010).

Pesquisando famílias transnacionais na fronteira

Há uma pluralidade de práticas associadas à formação de famílias e aos cuidados de filhos em distintos contextos históricos e culturais entre homens e mulheres na fronteira entre Brasil e Venezuela, pesquisadas em quatro ocasiões diferentes por Iana dos Santos Vasconcelos, particularmente e também junto com equipes de pesquisa mais amplas.

As interpretações e informações mais recentes são provenientes da pesquisa desta autora, durante seis meses em 2013 que resultou na dissertação “Articulações Familiares Transnacionais: Estratégias de cuidado e manutenção familiar na fronteira Brasil/Venezuela”, realizada junto a famílias na região. A dissertação se associou à pesquisa “A Família no Meio do Mundo”⁶, mas este trabalho se respaldou também em dados coletados intermitentemente na região por mais de seis anos anteriores a isso, revelando um esforço de longo prazo na coleta e verificação da consistência dos dados.

No ano de 2006, por cerca de seis meses, mulheres que viviam em bairros populares no município de Boa Vista foram entrevistadas para analisar o processo de organização de grupos de mulheres de geração de renda da economia solidária e a sua influência nas transformações das relações de gênero. Para desvendar tal realidade, a história oral enquanto instrumento metodológico foi utilizada, por meio da noção de trajetória de

⁶ Pesquisa de produtividade e auxílio de CNPQ No 306033/2010-0, e CAPES AUXPE N°.0844/2013 do Núcleo de pesquisa FAGES – Família, Gênero e Sexualidade, da UFPE.

vida proposta por Bourdieu (1996), que considera como uma noção útil para análise, pois conduz “[à] construção de uma série de posições ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1996, p. 189). O autor rejeita a noção de história de vida que é considerada uma “ilusão biográfica”, pois para o mesmo ela não dá conta de abordar as várias agências sociais acionadas pelo mesmo indivíduo na sociedade, em diferentes campos ou papéis sociais (mulher, mãe, liderança, dona de casa, profissional). Com história oral e a elaboração de trajetórias de vida de cinco lideranças desses grupos, foi possível perceber que o processo migratório contribuiu para redefinir papéis de gênero na vida dessas mulheres.⁷

No período de novembro de 2007 a outubro de 2008, pesquisa junto a trabalhadoras brasileiras na fronteira Brasil/Venezuela focou as reconfigurações das identidades de gênero das trabalhadoras *transfronteiriças*⁸, entendendo-as como aquelas mulheres que estabelecem contato entre distintas culturas, em função do deslocamento para o trabalho entre as cidades-gêmeas de Santa Elena do Uairén (Venezuela) e Pacaraima (Brasil). A pesquisa foi realizada no âmbito da Especialização em História Regional da Universidade Federal de Roraima- UFRR, e trouxe como resultados a percepção de que o processo migratório vivido pelas trabalhadoras transfronteiriças aponta para um caminho de via dupla. Demonstra a construção de um processo de empoderamento, por meio da reconfiguração da identidade de gênero, paralelo a uma constante situação de fragilidade social. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que essas mulheres experimentam maior autonomia e outros papéis sociais, também

⁷ Ressaltamos que este trabalho foi desenvolvido dentro de uma realidade local, aproveitando o espaço de pesquisa propiciado pelo Programa de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários, desenvolvido pela UFRR, no qual a autora foi bolsista por um período de seis meses, no projeto “Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais de Economia Solidária na Amazônia: Mobilização, Formação e Inovação de Empreendimentos Solidários”.

⁸ Ao adotar o termo “transfronteiriço”, empregado nessa pesquisa, mesmo reconhecendo que uma fronteira pode ser representada por ser uma barreira, estamos privilegiando atenção aos aspectos de permeabilidade e de montagem de estratégias nas quais o contexto da fronteira cria especificidades para quem nele vive.

sofrem com os obstáculos impostos pelo sistema patriarcal e pela condição de migrante que explora e nega direitos. Durante os anos de 2009 a 2011 foi realizada a pesquisa *Migração e Relações de Trabalho na Fronteira Pan-Amazônica*, por meio do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar sobre Fronteiras – GEIFRON, da Universidade Federal de Roraima, coordenado pela professora Francilene Rodrigues. O projeto em questão teve como objeto de pesquisa o processo migratório na fronteira norte do Brasil (Roraima - Pacaraima) e sul da Venezuela (Bolívar - Santa Elena do Uairén), com ênfase nas configurações das redes sociais, nas condições de vida e relações de trabalho dos brasileiros na Gran Sabana, estado Bolívar (Venezuela), em especial na cidade fronteira de Santa Elena do Uairén e nas regiões e localidades de garimpos Las Claritas e Km 88, situadas ao longo da estrada Pan-americana que recorta todo o sul da Venezuela e do garimpo de Icabarú situado dentro da reserva de El Pauji, localidade próxima à fronteira com o Brasil. A pesquisa também foi desenvolvida nas cidades de Pacaraima e Boa Vista (Roraima/Brasil). Os 80 questionários com perguntas fechadas e semi-abertas, 53 homens e 27 mulheres; 07 entrevistas com questões abertas e semi-estruturadas, subsidiaram muito da discussão aqui desenvolvida.

Todo este trabalho desembocou na realização de mais pesquisa de campo sobre as estratégias de mulheres em casamentos na fronteira que foram discutidas em *Famílias transnacionais: migrações internacionais e redefinições de papéis de gênero na transfronteira Brasil e Venezuela*, (VASCONCELOS, 2013), trabalho de dissertação na UFPE, associado à pesquisa “*A Família no Meio do Mundo*,” do orientador, Parry Scott na dissertação de mestrado.

O diálogo entre os diferentes dados, pesquisas e contextos retrata um amplo panorama sobre as práticas constitutivas das famílias transnacionais na fronteira Brasil/Venezuela.

Famílias transnacionais e mulheres: trabalho, cônjuges e filhos de brasileiros(as)

No campo das ciências sociais, o termo “família” remete a vários significados. No contexto da realidade fronteira não podia ser diferente.

Assim, a noção de família é vinculada não apenas a aspectos consanguíneos e simbólicos, a uma rede de apoio e colaboração, e a uma identidade nacional.

“Nós brasileiros aqui (Las Claritas) não temos ajuda de ninguém, nem de governo, nem de guarda nacional, por isso um paisano⁹ ajuda o outro paisano em caso de precisão. Somos uma grande família!”¹⁰

Isso demonstra a polissemia operacional do conceito de família ligado ao casamento, descendência, parentesco, coabitação e à ideia de pertencimento, dando centralidade a um contexto de relações diversas, marcado por uma identidade coletiva e redes de solidariedade (BOURDIEU, 1993, SCOTT, 2011). E demonstra a importância das redes sociais acionadas pelos migrantes brasileiros no projeto migratório, fundamentadas, além do parentesco, por laços de amizade e origem comum.

Essas redes apresentam-se para esses brasileiros como um mecanismo imprescindível no seu projeto migratório, uma vez que o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e as relações afetivas e sociais mais individualistas (RODRIGUES, 2012).

O mercado de trabalho é um elemento diferenciador nas formas de organização social da família transnacional na fronteira, tendo em vista que, dependendo do local e posição social no mercado de trabalho (comerciantes, garimpeiros(as), vendedores(as) motoristas, entre outros), as estratégias de reprodução social da família se distinguem.

Assim, em geral, os que detêm os meios de produção, tais como proprietários(as) de estabelecimentos comerciais e maquinários de garimpage, tendem a migrar com toda família ou a manter contatos mais regulares com os membros da família no Brasil, através de deslocamentos contínuos na fronteira. Essas famílias são frequentemente os pioneiros e

⁹ Termo utilizado para referir-se a outro(a) migrante brasileiro(a) - a mesma nacionalidade.

¹⁰ Josimar, conhecido popularmente como “o prefeito dos brasileiros” na região. Ele vive entre Las Claritas e KM 88 há 21 anos e atualmente trabalha com transporte e distribuição de combustível nas minas por meio de uma cooperativa formalizada.

formam um grupo seletivo de brasileiros que conseguiram se regularizar (obtendo visto permanente). Tiveram filhos na Venezuela e hoje estão muito bem integrados à economia e cultura local. Estes nem pretendem estabelecer moradia fixa no Brasil, formando um grupo de *estabelecidos*, no sentido de Elias (2000), na Venezuela.

Já os(as) migrantes que vendem sua mão de obra, tais como, vendedores, garimpeiros e demais sujeitos responsáveis pelo processo de extração do ouro, tendem a minimizar suas visitas à família no Brasil, mesmo que seja a contragosto. A separação dos filhos é apontada pelas migrantes brasileiras como uma das principais dificuldades de viver em outro país:

“[...] Tenho três filhos, tão em Manaus ainda. Mas é só eu me estabilizar direito e resolver umas coisinhas, que vou trazer eles” (Olga¹¹).

“[...] porque pra mim fica ruim, toda semana tenho que ficar mandando dinheiro, eles aqui comigo não (...). Estão com minha avó. Já trouxe a mais velha que passou as férias aqui comigo. Agora não tem como eles ficarem aqui comigo, eu tô trabalhando, moro com a minha sogra, então ainda não dá!” (Patrícia¹²)!

“[...] Para mim não foi difícil pelo fato de estar aqui e por ser diferente. O que foi mais difícil foi a separação dos filhos para ficar aqui, devido o tempo no trabalho, não pude ficar com eles” (Anita¹³).

Os ganhos baixos não permitem contratar uma trabalhadora doméstica para realizar trabalho “reprodutivo”, e a ausência de equipamentos sociais (creches e escolas em tempo integral) e outras condições precárias da cidade, redundam no distanciamento residencial familiar e uma dependência na solidariedade de outras mulheres “da família” que residem distante para cuidar dos filhos. As condições impedem ao contato regular com os filhos, mas a importância de marcar as dificuldades para realizar os desejados cuidados preserva a identidade dessas mulheres como mães.

¹¹ Os nomes fictícios referem a figuras históricas defensoras de camadas populares, Olga, brasileira, casada, 30 e poucos anos, comerciante.

¹² Patrícia, brasileira, solteira, 02 filhos, manicure.

¹³ Anita, brasileira, cearense, 31 anos, vendedora, trabalhadora transfronteiriça há cinco anos.

Esta circulação de crianças é utilizada frequentemente como estratégia de manutenção familiar pelas migrantes brasileiras na fronteira. A transferência da guarda, supostamente provisória, dos filhos para outros membros da família, geralmente aciona avós e tias. Como Silva observa em outro contexto brasileiro

Este ato, no entanto, poderia não ser definitivo, ou seja, o tempo de doação fica condicionado à melhora financeira da família. Assim sendo, as crianças transitavam pelos dois lares, o que, na verdade, também era uma forma de circulação dos laços afetivos (SILVA et al, 2007).

Brasileiras(os) em Las Claritas, Km 88, El Pauji, e Santa Elena do Uairén fazem visitas mais frequentes às famílias quando as mesmas estão mais próximas do lugar de trabalho - nos municípios de Pacaraima e Boa Vista. Quando as famílias residem em outro estado, o contato com a família vira muito esporádico, podendo ser de ano em ano, ou se restringir a uma vez em mais de dez anos. Em alguns casos, o contato com a família é perdido por completo, tema tratado por Scott como a condição de filhos que migraram para trabalhar estarem “no meio do mundo” (Scott 1981, 2009, 2012, 2014). Neste caso o agravante é por serem crianças que exigem cuidados quando estar “no meio do mundo” conjura uma imagem de ter sido o afastamento da mãe e/ou do pai que dificultou cuidados, parecendo abandono.

A fecundidade é um aspecto importante a ser considerado, uma vez que dos(as) oitenta trabalhadores(as) brasileiros(as) entrevistados(as) nas localidades de Las Claritas, Km 88, El Pauji, Santa Elena do Uairén, em 2011¹⁴ 82,5% têm filhos. Destes, 17% são nascidos na Venezuela. Os arranjos matrimônios também merecem especial atenção, levando em consideração que 37% dos entrevistados(as) naquele momento informaram estarem casados(as) ou mantendo união estável com pessoas de outra nacionalidade.

A conjugalidade entre migrantes brasileiros(as) e pessoas de outra nacionalidade também se diferencia entre homens e mulheres, sobretudo

¹⁴ Dados da pesquisa *Migração e Relações de Trabalho na Fronteira Pan- Amazônica* (CNPq/Edital CHS 2009-2011).

em relação aos cuidados e permanência de laços afetivos com filhos(as) no Brasil. As migrantes brasileiras, mesmo quando têm outros companheiros no país de acolhimento, mantêm relações constantes com a família antes estabelecida e acompanham o crescimento e a educação dos filhos. Para os homens, com o tempo, os vínculos afetivos e o contato com a família tornam-se cada vez mais escassos, ou mesmo culminam com o rompimento total. Com o silenciamento de notícias, os homens tendem a ‘esquecer’ ou ‘ignorar’ a família, principalmente quando constituem nova família no lugar de destino.

Se as visitas são difíceis, o contato pode não ser tão difícil. Favorecida especialmente pelo baixo custo das ligações telefônicas internacionais na Venezuela e do fácil acesso à internet e celulares, a comunicação intrafamiliar é acionada algumas vezes diariamente pelas migrantes brasileiras como estratégia para se manterem presentes dentro da família, mesmo à distância.

Por meio do acesso a estas tecnologias, as mães monitoram os cuidados com filhos, verificando desde o rendimento escolar à gestão e aplicação das remessas enviadas por elas à família para sua reprodução social. Já entre os homens, o uso da tecnologia é utilizado de forma mais esporádica, geralmente apenas para informar o envio de dinheiro para família. No caso dos migrantes garimpeiros brasileiros, os intervalos de comunicação com a família se rarefazem ainda mais quando não conseguem “bamburrar”¹⁵ e arrecadam apenas o suficiente para sua subsistência no garimpo. Estes, comumente acabam perdendo por completo o contato com a família, semelhante ao caso reportado de familiares de homens que saíram do Oeste de Maranhão e foram aos garimpos e projetos da Amazônia nos anos oitenta (Scott 2014).

Há que ressaltar que, ao responderem sobre os contatos com familiares, os(as) entrevistados(as) entendiam a família na sua forma ampliada - envolvendo não somente os filhos(as), esposas/maridos, mas também pais, mães, irmãos, tias, avós, e outros(as).

A vinculação à família também se diferencia entre homens e mulheres. Para as mulheres, este laço se constitui por contatos mais concretos

¹⁵ Expressão utilizada pelos garimpeiros quando encontram significativa quantidade de ouro ou diamante no garimpo.

e permanentes com os membros da família, facilitados pelo deslocamento por via terrestre e pelos contatos mediados pela telecomunicação. Já entre homens, o marco temporal de contato e notícias da família não tem tanta centralidade na relação ou no vínculo, muitas vezes operando de uma maneira imaginária. Especialmente entre os garimpeiros, funciona como um conforto, de um dia, se necessário, poder “voltar para casa”. Esta situação de “voltar para casa” muitas vezes é ambígua, uma vez que alguns perderam por completo o vínculo com a família de origem, a exemplo do senhor Bener, migrante brasileiro natural do Maranhão, que com 68 anos de idade, há 20 não tem contato com seus parentes, mas alimenta o sonho de um dia voltar à terra natal e reencontrá-los.

Arranjos matrimoniais e domésticos também assumem novas configurações neste espaço transnacional, com a incidência de relações de criação de novas famílias entre os migrantes brasileiros e mulheres venezuelanas. Durante a pesquisa realizada na fronteira em 2011, vários trabalhadores (especialmente, mas não somente, homens) relataram possuir famílias tanto nos locais de origem quanto nos locais de destino, sendo que na maioria das vezes, um dos lares tende a ser abandonado em detrimento do outro.

Vale ressaltar ainda que, neste contexto, a constituição de duas famílias¹⁶ se realiza de distintas formas e é praticada pelos migrantes como estratégia de sobrevivência e caracterizada de duas maneiras: institucionalmente e informalmente. Institucionalmente a formação da segunda família ocorre com a formalização do vínculo matrimonial do migrante nos dois países, inclusive com a obtenção de documentos expedidos por órgãos oficiais. Esta situação, por sua vez, proporciona a regularização da permanência no país, sem intercomunicação dos registros. Informalmente a constituição da segunda família se dá através da constituição de uniões estáveis que propiciam maior liberdade de circulação e possibilidades de

¹⁶ O que se designa aqui como prática de formação de duas famílias tem interpretação legal como “bigamia” vista como crime tipificado tanto no artigo 402 do código penal Venezuelano, e no art. 335 do código penal brasileiro, representando um delito contra os bons costumes da boa ordem familiar, mas tratada com certa naturalidade pelos residentes da região.

trabalho. Segundo os interlocutores, o envolvimento conjugal com uma venezuelana ameniza a fiscalização na fronteira e facilita o relaxamento do controle pela Guarda Nacional em caso de situação irregular no país por fazer parte da comunidade de venezuelanos.

A referência de lar no espaço fronteiriço, nem sempre é mediada pelo espaço físico de coabitação, frequentemente realçando mais o significado simbólico de pertencimento a um local e a um grupo familiar. Comumente, quando indagados(as) sobre o local que consideravam como sendo seu lar, mencionavam o Brasil como referência, mesmo quando já não viviam lá há mais de vinte anos ou em casos em que passam mais parte do tempo de suas vidas no local de trabalho na Venezuela, do que com a família no Brasil.

O gênero, as identidades: práticas de mobilidade e imobilidade no cuidado

As experiências distintas entre homens e mulheres no processo migratório estão diretamente ligadas à identidade de gênero construída ao longo da vida por meio de valores e normas que a comunidade compartilha para homens e mulheres, habilitando-os a agência “apropriada” de homens e mulheres de acordo com essa identidade. Os agentes sociais são compreendidos como sujeitos envolvidos em múltiplas relações sociais, os quais não podem agir nem fora, nem sem a influência delas. Logo, todos os sujeitos sociais têm agência, no entanto, “é impossível imaginar-se que o agente é livre ou que é um indivíduo que age sem restrições” (ORTNER, 2007 p.47). O agente continuamente está ligado às relações de solidariedade e a família tem papel central, representando simultaneamente, também, relações de poder (ORTNER, 2007).

Assim, a mobilidade impacta nas redefinições dos papéis sociais de homens e mulheres dentro da família. Tanto os que ficam no país de origem, quanto os que se deslocam para o país de destino, “assumem funções e papéis diferenciados, mas, ao mesmo tempo complementares, no sentido de que são as ações e as funções assumidas por ambos, que garantem, em última instância, a reprodução do grupo familiar”, assim como modificam as relações de poder frente à família (SILVA; MENEZES, 2010).

O diálogo entre as distintas percepções das mulheres que ficam no local de origem ou do local de destino, seja para acompanhar a família, seja por uma escolha individual, mostram como elas são distintas entre si, ou entre elas e os homens, devido às diferentes vivências acumuladas, sejam no que diz respeito ao país de origem ou ao país acolhedor (BARTH, 1995). Deste modo, para elas “o ser mulher na Venezuela” é diferente do “ser mulher no Brasil” (SILVA et. al. 2010).

O espaço compartilhado no trabalho e no cotidiano da fronteira conforma-se nas interseções do espaço público e privado, das quais origina o espaço social (ARENDT, 1981). Aí se constroem elementos simbólicos que definem a posição dos grupos e suas relações, tendendo a reproduzir a ordem social.

Neste sentido, ao descrever o lazer na fronteira, *Joana*¹⁷ relata as fronteiras simbólicas que delimitam o “lugar de homem e o lugar de mulher”, além da variedade de opções dos primeiros em detrimento das segundas.

“Aqui tem mais lugares para homens do que para mulheres. Nas boates, geralmente, têm mais mulher; já nas licolérias, bar com sinuca, cerveja e jogo de baralho, casa de cavalo com corrida de cavalo, granjeira que é briga de galo, todos são lugares de homens. As mulheres não costumam ir, mas mesmo assim eu vou.”

Deste modo, o compartilhamento do espaço público entre homens e mulheres torna-se ilusório. O que se tem na verdade, é a sua fragmentação, definida por diferentes *capitais sociais* e *capitais simbólicos* (BOURDIEU, 2002). O capital social, entendido como resultado das relações que dispõe um indivíduo ao grupo, se articula com o capital simbólico que fornece os rituais ligados a honra, reconhecimento, status, fama, reputação, prestígio, etc.

Além das diferenças e desigualdades criadas entre homens e mulheres que dividem o espaço na fronteira, mantem-se uma sociabilidade entre grupos nacionais que acirra a já existente dicotomização das mulheres

¹⁷ Joana, 24 anos, roraimense, manicure (dona de salão), trabalhadora transfronteiriça há três anos.

pelas suas reputações como *mulheres da noite* ou *mulheres honestas*, bem como diferenciá-las dos homens. Cada uma, e cada um, do seu lado. Estabelece uma relação destes com os espaços reconhecidos como sendo lugares públicos e privados e lugares de homens e lugares de mulheres. Termina por legitimar vantagens e desvantagens em campos diferentes, como pode ser exemplificado nos espaços de lazer, públicos e privados, nos quais os homens conseguem mais opções de liberdade de escolha que às mulheres.

À medida que *Joana*, assim como outras mulheres, apreende os limites desse espaço com base em valorizações de comportamentos como adequados de acordo com as diferenças sexuais e relações entre homens e mulheres, tende a “representar determinadas identidades e excluir ou demonizar outras... [...] o discurso procura, de maneira intencional, constituir e fixar os sujeitos sociais em específicas identidades de gênero e de sexualidade” (LOURO, 2002, p. 46).

Deste modo, *Joana* reproduz o discurso que permeia a sociedade de acolhimento, cujo sentido reforça e atrela a identidade da mulher brasileira a sensualidade e ao mundo profano. “*Já para as venezuelanas, nenhuma brasileira presta, são todas putas. Pelas roupas e a forma de se divertir, e também porque vinha muita brasileira pela questão da prostituição*”.

Ao descrever a maneira como as brasileiras são vistas pela sociedade venezuelana, *Joana* revela um elemento importante na constituição da identidade: a tensão entre o individual e coletivo. Ou seja, a identidade do grupo, neste caso, de mulher brasileira, obscurece a identidade individual de *Joana*, que precisa se marcar individualmente diferente daquela que prevalece na representação do grupo de *mulheres brasileiras*.

Assim, *Joana* não apenas identifica o preconceito e o contexto histórico de origem, mas também, nega e afirma uma identidade. Nega, à medida que se coloca fora do grupo de mulheres brasileiras que vinham para a prostituição. Afirma a identidade coletiva, quando aponta o preconceito vivenciado por ela na condição de brasileira.

A identidade de *Joana*, na fronteira, assim como de outras brasileiras remete a um perfil muitas vezes carregado de estigmas, estereótipos e acusações que passam a serem internalizados por esses mesmos indivíduos.

Joana, ela própria orgulhosa da liberdade ganha na migração, mas sedenta de pertencer ao grupo de “*mulheres honestas*”, torna-se deste modo vítima e algoz deste julgamento internalizado, uma vez que, também, costuma acusar mulheres brasileiras de possuírem uma vida fácil, associada a uma conduta a qual julga errada, reprovável, vista como imoral, ilegal, denominando-as de *mulheres de vida fácil*.

Mas, o mesmo espaço social que delimita, também autoriza a interação através do diálogo e de práticas culturais distintas. A fronteira, de maneira especial, está imersa na pluralidade de modos de interagir como “os outros e as outras”.

Os vínculos afetivos e as relações sociais estabelecidas por *Joana* na fronteira são exemplos claros dessa interação:

“A minha ‘pareja’ (companheiro) mesmo vive dizendo para eu não fazer essas coisas, pois não é bom pra minha imagem e mais tarde pode me afetar. Eu não vou deixar de viver de fazer as coisas que eu gosto para viver o mundo dele. E de um tempo para cá, algumas mulheres venezuelanas tão vendo as brasileiras indo, e já estão quebrando ... estão começando a sair.”

O *quebrar* na fala de *Joana* conota sua *agência* de romper, de modificar, ou seja, destituir a ordem social estabelecida. A interação com a diferença permite tanto atribuir ressignificações sobre si e sobre o “outro”, como também autoriza uma nova distribuição de poder, a qual é negociada na prática cotidiana com o cônjuge.

Por outro lado, a expectativa do que a sociedade de acolhimento espera da mulher migrante que integra a comunidade venezuelana merece ser considerada, à medida que estabelece novos padrões e papéis que necessitam ser aprovados e reconhecidos. O se sentir *nativa* e reconhecida como tal, ganha fundamental importância para a migrante, pois possibilita a fuga de classificações estereotipadas. Querer ser vista como venezuelana é realçar a identidade de gênero de mãe e companheira “honestas”.

Vejamos o exemplo de *Margarida*¹⁸, comerciante que conheceu o marido venezuelano em Santa Elena do Uairén, com quem vivia em um

¹⁸ Maranhense, 40 anos, lojista, trabalhadora transfronteiriça há 18 anos.

relacionamento estável de dez anos à época da entrevista. Eles têm dois filhos, uma menina e um menino, ambos com dupla nacionalidade e que estudam em Pacaraima. Margarida relata que só conseguiu manter um “relacionamento sério” porque age como uma mulher venezuelana: não frequenta lugares mal vistos para mulheres, não anda mal vestida “como a maioria das brasileiras”, e age dentro dos padrões que se esperam de “uma mulher honesta”. Ela reconhece que as mulheres brasileiras têm uma forma de se vestir mais “à vontade” e admite já ter se vestido dessa forma no Brasil (com roupas mais decotadas, curtas e justas), mas adverte:

“na fronteira a gente tem que ter cuidado para não ser confundida com as mulheres da noite. Pra mim é a mesma coisa, nunca fui de sair muito, andar em festa, eu vejo igual”.

Hoje *Margarida* tem seu próprio negócio. Segundo ela, apenas assim pode viver uma situação de relativa independência. Relativa porque, apesar de ter orgulho de ter construído um patrimônio junto com o marido, reconhece que ainda conserva papéis tradicionais que limitam sua autonomia, tais como, responsabilidade exclusiva dos cuidados com os(as) filhos(as) e da casa, proibição de frequentar determinados lugares, entre outros. *“Quando eu conheci o marido, ele também não tinha nada, começamos do zero, hoje temos isso aqui [loja], duas casas e um carro”.*

É importante ressaltar o reconhecimento de que o atual patrimônio do casal foi construído pelos dois, marido e mulher, o que revela certa distribuição de poder e reconhecimento do papel ativo da mulher nos negócios da família. O interessante é que, ao mesmo tempo em que há o protagonismo feminino com o reconhecimento do sucesso financeiro da família, também há a reprodução de papéis considerados de responsabilidade exclusivamente feminina, como o cuidar da casa e dos filhos, ou seja, a empresária de negócios e “dona de casa” coabitam na mesma mulher. A divisão sexual do trabalho entre *Margarida* e seu companheiro é nítida.

A relação transnacional nesse caso reforçou a política sexista pré-existente, mas por outro, também possibilitou a *Margarida* renegociar e tirar

vantagem da posição conquistada (comerciante/esposa de venezuelano) no espaço transnacional, melhorando seu *status* tanto no espaço privado das relações familiares, como no espaço público do trabalho, sendo respeitada e reconhecida, e ainda fornecer uma boa educação aos filhos.

Por outro lado, as mulheres que ficam no país de origem com os demais membros da família não estão renegadas do processo migratório, uma vez que com a ausência da figura masculina, acabam assumindo novas posições dentro da família. Isto não significa ocupar o lugar de homem/pai no seio familiar, que é constantemente representado e controlado simbólica e socialmente, mas trata-se, em função da necessidade econômica, da apropriação de funções e papéis antes vistos como de responsabilidade eminentemente masculina.

No caso destas mulheres, a decisão pela busca de novas alternativas de sobrevivência em um lugar desconhecido não é decisão tomada em conjunto pelo casal, mas, na maioria das vezes, pelo homem. A mulher, em geral, permanece no lugar de origem arcando com as diversas tarefas e o sustento da família, esperando o marido se estabelecer no local de destino ou retornar ao local de origem. O relato de Maria Leide¹⁹ ilustra este contexto:

“Logo que surgiu a história que Roraima era muito fácil pra se ganhar dinheiro, um tio que foi para o garimpo veio para o Maranhão e chegou contando que aqui [Roraima] era próximo do garimpo na Venezuela. Era muito falada, e a facilidade era grande demais, e ele [marido] ficou todo interessado e queria porque queria vim. Só que, nessas alturas, ele queria vim sozinho e foi uma luta convencer ele pra mim vim. Na época, eu só tinha cinco meses de casada e nós viemos, eu, ele e o meu tio. Quando ele arrumou esse emprego (garimpo) e viajou eu já tava grávida de 9 meses do meu segundo filho, ... e tinha que dormir na casa da vizinha pra não ficar sozinha. Não podia sair, e foi muito difícil. Não gosto nem de lembrar, sem ninguém! ... Depois, não demorou muito tempo e eu tive meus filhos um próximo do outro. Só fui trabalhar depois que eu tinha os meus três filhos, quis arranjar alguma coisa pra fazer, porque o quê ele deixava não era suficiente pra sustentar a família, que não era tão pequena. E aí, eu comecei

¹⁹ Maria Leide de Souza, 42 anos, maranhense, mãe de cinco filhos, separada, moradora do bairro Caraná no município de Boa Vista, membro do grupo de mulheres de geração de renda São João Batista, entrevista concedida em junho de 2007.

a trabalhar; aprendi a fazer salgado e vendia na porta da escola. Consegui colocar os três [filhos] na creche pra poder sair. Ele tava com aquela ilusão de enricar no garimpo, assim voltava pro garimpo. e eu ficava novamente sozinha e eu continuava na luta, porque muitas vezes só deixava água na torneira, mas eu nunca tive medo de enfrentar a vida. Inclusive quando passava meses pra lá e quando chegava eu não tava devendo nenhum comércio, e esse dinheiro ele recebia livre em grama de ouro. Aí comecei dizer pra ele investir esse dinheiro numa coisa que deixasse ele próximo da família e, nessa época a gente montou uma venda, mas não adiantou com pouco tempo ele voltou para o garimpo, e eu fiquei tomando de conta sozinha, tendo que negociar mercadorias e produtos, e ainda cuidar dos filhos, sozinha. Vivía só para trabalho e os filhos, não podia sair sozinha para igreja, se não a família dele metia a língua.”

A mulher passa assim, a exercer funções anteriormente realizadas pelo esposo, pai, homem e chefe de família. No entanto, a estrutura de poder do homem dentro da família permanece. O que modifica são os mecanismos de controle sob a mulher que passam a ser reelaborados, como relatado por Silva e Menezes (2010) no caso de migrantes paraibanos para São Paulo. No caso de Maria Leide, a inserção no mundo do trabalho possibilitou a transição para o espaço público, mas sua participação passou a ser mediada pelo controle da família do marido sobre os lugares que ela poderia frequentar. Isso nos revela que a “espera” é compreendida como uma instituição social, ou seja, algo instituído pela sociedade e que segue determinadas regras. Desta forma, as mulheres que se submetem às normas da “espera” passam a ter seu comportamento vigiado (SILVA; MENEZES, 2010, p.307). O projeto migratório familiar torna-se particularmente oneroso para as mulheres, pois são afetadas duplamente: pelo acúmulo de funções e pela solidão imposta pelos mecanismos de controle estabelecidos na “espera” que as relegam ao espaço da casa e delimitam os espaços sociais.

Quando permanecem no lugar de origem, as mulheres também passam a ter um papel fundamental na manutenção da reprodução social da família, por meio do fortalecimento com redes de relações comunitárias (vizinhos, parentes, amigos) que compartilham os cuidados com filhos e as liberam para atividades econômicas produtivas, para a subsistência da família, bem como para ampliar o seu patrimônio.

Considerações finais

Mulheres que migram para áreas de fronteiras entre nações, como Santa Elena/Pacaraima entre Venezuela e Brasil, se inserem num espaço onde a geopolítica e sua simbologia oferece um desafio para a formação de famílias transnacionais como palcos de negociação de identidades de gênero. Se o próprio ato de migrar frequentemente se realiza num contexto de busca de trabalho e de melhoria de vida, quando ela casa, formal ou informalmente, com um venezuelano tanto a busca de autonomia, quanto a sua identidade como mulher precisam entrar em ação para exercer seu poder. Para fazer isso, ela mostra que está ativamente buscando o melhor para si mesma e para sua família, o que a leva a viver algumas contradições que colocam em cena a sua autonomia, ora ganha, ora perdida, mas sempre em negociação.

Como espaço plural e singular, a região abriga garimpos com forte predomínio de homens, e comércio e prestação de serviços que envolvem mulheres e homens. Mostramos que a cidadania brasileira é acionada para facilitar acesso a serviços de educação e saúde, para os seus familiares no lado brasileiro da fronteira, enquanto a dupla cidadania pode ampliar o acesso a programas de complementação de renda de ambos os países. Por terem se deslocado para Venezuela, as mulheres enfrentam uma simbologia construída sobre prostituição e tráfico que predispõe os venezuelanos a associar as brasileiras com estas atividades, e ao casar com venezuelanos elas se encontram emaranhadas num jogo de se mostrarem dedicadas a serem o que muitos chamam de “mulheres honestas”, e isto se faz negociando também com a identidade de “honestidade e dedicação” dos seus cônjuges ao praticar, e ao falar sobre, a dedicação à família.

Mulheres migrantes em famílias transnacionais vivem este “campo de possibilidades”, no qual os membros da família podem jogar e articular diversas identidades. As buscas de serviços de benefícios, saúde e educação nos lugares que melhor os oferecem soam positivos para estas mulheres, bem como seus maridos. Ao relatarem as dificuldades de arcar com o cuidado de filhos que foram deixados com familiares em locais distantes, sendo filhos de venezuelanos ou não, elas registram uma preocupação com o cuidado à distância que as identificam como “a busca de melhorar”, mas não conformadas com a dificuldade de exercer o cuidado dos seus filhos. Mesmo com uma nova união, agora transnacional, as

mulheres migrantes mantêm visitas e contatos com a família que deixaram para trás com mais frequência, especialmente quando têm filhos(as). Inclusive, elas costumam reconhecer que esta circulação dos filhos muitas vezes se caracteriza como uma troca solidária entre pessoas “sendo ou consideradas como ‘da família’,” confiáveis para que os filhos não tenham que circular num mundo mais distante e mais desconhecido. Nos casos vistos, Joana aceita um desafio de individualmente não querer perder a liberdade ganha com a sua migração, mas negociar com o marido o quanto ela pode se expor em espaços públicos ameaçando-a de ser identificada com as brasileiras de “vida fácil”, mas almejando contribuir para uma quebra da domesticidade excessiva das venezuelanas com as quais ela se sente incluída; Margarida se protege com a aparência, especialmente por meio das roupas que veste e com a limitação das suas saídas de casa para investir no sucesso econômico do seu comércio em Santa Elena, contribuindo para sua preservação contra a definição local negativa de “mulheres brasileiras”; e Maria Leide precisou construir uma vida de cuidar de filhos e manter um comércio informal, na cidade mais distante de Boa Vista, enquanto o seu ex-marido, também brasileiro, constantemente se ausentava para buscar fortuna ilusória nos garimpos venezuelanos.

A migração emerge assim como alternativa de solução para a subsistência familiar e para a identidade da mulher. Cruzar fronteiras e transitar entre culturas distintas condiciona estes agentes a manejar e negociar situações de conflito de forma criativa e buscar melhorar seu *status* no interior das relações familiares. O deslocamento entre um país e outro representa não somente uma possibilidade de sobrevivência, mas também uma escolha que pode ser fruto de um projeto individual que nem sempre é um sucesso, construído numa busca de autonomia feminina traspassada por responsabilidades familiares e exacerbada pelas diferenças de imagens estereotipadas nacionais numa fronteira de garimpos, de livre comércio, de presença masculina e de agência feminina negociada e constantemente ameaçada de restrições.

Referências

- ARENDDT, Hannah. 1981. *A condição humana*. São Paulo, Forense/Edusp
- BARTH, Fredrik. 1995. Etnicidade e o Conceito de Cultura. Tradução: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*. n. 1 (2. sem. 95), Niterói: EdUFF.
- BOURDIEU, Pierre. 1993. A propôs la famille comme catgorie realisée. *Actes de la Recherches em Science Sociales*, n.100, Paris.
- _____. 2002. *O poder simbólico*. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.
- _____. 1996. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (orgs). Usos & abusos da historia oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas,. v. 2.
- ELIAS, Norbert. 2000. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GOFFMAN, Erving. 1959. *The Representation of Self in Everyday Life*, Garden City: Doubleday/Anchor.
- INE - Instituto Nacional de Estadística. República bolivariana de Venezuela. 2014. *XIV Censo Nacional de Población y Vivienda: Resultados por Entidad Federal y Municipio del Estado Bolívar*. diciembre.
- LOBO, Andréa de Souza. 2010. Famílias espalhadas: circulação e movimento na configuração de maternidades e paternidades em Cabo Verde. In Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Florianópolis: *ANAIS Fazendo Gênero 9*.

LOURO, Guacira Lopes. 1996. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Julio (org). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas.

ORTNER, S. B. 2007. “Poder e projeto: reflexões sobre agência”. In: GROSSI, M. P.; ECKERT, C.; FRY, P. H. (orgs.). Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas. 25ª Reunião Brasileira da Antropologia – Goiânia. Blumenau: Nova Letra.

RITTINER, Maria Eduarda Noura Céu Rodrigues. 2014. *O matrimônio transpondo fronteiras: a formação de famílias interculturais em um contexto de turismo afetivo-conjugal e de migração afetivo-conjugal*, tese de doutorado em Ciências Sociais, UERJ, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. 2011. *Relatório do projeto de pesquisa Migração e Relações de Trabalho na Fronteira Pan-Amazônica*. CNPQ/Edital CHS 2009-2011.

SCOTT, Joan Wallach. 2005. O enigma da desigualdade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis.

SCOTT, Parry. 2011. Famílias e campos de negociação para políticas públicas: Polissemia e mobilidade, In. SCOTT, Parry, *Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades*. Recife: Editora Universitária UFPE, p. 113-123.

_____. 2014. *Migrações Interregionais e Estratégia Doméstica: nordestinos, mobilidade e a casa até os anos 1980*, Editora Universitária UFPE, Recife, Série comemorativa de 10 anos da Lei 10.639.

_____. 2009. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”. In: Godoi, Emilia Pietrafesa de; Menezes, Marilda Aparecida de; Marin, Rosa Acevedo de. (Org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias vol. 2: estratégias de reprodução*. Brasília, São Paulo: NEAD-MDA; UNESP, 2009, p. 245-268

_____. 1981. *Between Captivity and the Middle of the World: Migration and Household Organization Among Rural Workers in Northeast Brazil*, PhD dissertation, University of Texas: Austin, 1981.

SILVA, Marcelo Saturnino da; MENEZES, Marilda Aparecida de. 2010. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares, PB. In: Scott, P.; Cordeiro, R.; Menezes, M. (Orgs). *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros, APPOLINÁRIO, Andréia Peres. 2007. A família tal como ela é nos desenhos das crianças. In: *Ruris* v.1, n.1. Março, p 105-156.

_____. 2010. Vidas em trânsito, mulheres dos cocais maranhenses nas periferias das cidades canavieiras paulistas. 2010. In Scott, P.; Cordeiro, R.; Menezes, M. (Orgs). *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, Ed. Mulheres.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. 2013. *Famílias transnacionais: migrações internacionais e redefinições de papéis de gênero na transfronteira Brasil e Venezuela*, dissertação de mestrado, PPGA-UFPE, Recife.

VELHO, Gilberto. 1999. *Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª ed.